


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0004817-73.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CLEONICE PEREIRA DE SOUZA opõe embargos à execução fiscal que lhe move a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS aduzindo (a) cerceamento de defesa (b) prescrição, inclusive a intercorrente. Afirmou ainda que somente adquiriu a propriedade em 2012 com o trânsito em julgado da ação de usucapião. Juntou documentos (fls.11/18).

Os embargos foram recebidos (fls. 21) e a execução foi suspensa (fls. 23).

Em impugnação a embargada refutou todos os argumentos. Juntou documentos (fls. 42/50).

As partes foram instadas a especificar provas, requerendo o julgamento antecipado (fls. 54 e 55).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC c/c art. 17, parágrafo único da LEF, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso. Saliente-se que as partes postularam, de modo expresso, o julgamento antecipado.

Passo ao julgamento.

1.Cerceamento de defesa – ausência de notificação no processo administrativo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

No caso do IPTU, não há a figura do processo administrativo nos moldes em que preconizado pela excipiente.

Trata-se de imposto de lançamento singelo, mediante a aplicação da alíquota sobre o valor venal do imóvel, cuja constituição dá-se com a entrega do carnê no endereço do imóvel ou do contribuinte.

A alegação não deve ser admitida.

2. Prescrição (inclusive a intercorrente)

2.1 Termo inicial – Vencimento da Última Parcela: nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, a constituição definitiva do crédito tributário (art. 174, caput, CTN) dá-se com a notificação ao sujeito passivo (STJ, AgRg no AREsp 246.256/SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ªT, j. 27/11/2012), no caso do IPTU, com o envio do carnê ao seu endereço (STJ, Súm. 397); todavia, há que se ponderar que antes do vencimento do imposto ele é inexigível, não havendo a possibilidade de se deduzir pretensão executiva (art. 580, CPC), devendo exigir-se então, para o início do lapso prescricional, o vencimento, orientação esta admitida no STJ: “constituído o crédito tributário pelo envio do carnê ao endereço do sujeito passivo e encontrando-se pendente o prazo de vencimento para o pagamento voluntário, ainda não surge para o credor a pretensão executória, sem a qual não tem início o prazo prescricional” (REsp 1399984/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, j. 10/09/2013); é razoável, portanto, fixar como termo inicial do lapso prescricional o vencimento da última parcela do tributo.

2.2) Interrupção da Prescrição - Momento Processual: a matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nessa matéria, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, “b” da CF/88, pela lei complementar que


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar); na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido; tal inciso I, até a LC nº 118/05, previa a citação como ato interruptivo, e, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo; segundo o STJ, REsp 999901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 13/05/2009, a norma superveniente, de caráter processual, tem incidência nos processos em curso, desde que ainda não tenha sido prolatado o despacho do juiz que determina a citação, quer dizer, se em 09/06/05, no executivo fiscal específico, já tinha sido proferido o despacho de citação, a interrupção ocorre com a citação, se ainda não tinha sido proferido tal despacho, a interrupção ocorre com a sua prolação.

No caso concreto, a interrupção da prescrição se deu em 28/11/2005 com a efetiva citação da embargada. Observe-se, no entanto, que em 29/03/2004 (fls. 13), a carta de citação, endereçada ao executado constante da petição inicial, teve seu "aviso de recebimento" assinado pela ora embargante.

Todavia, no caso em tela, houve o parcelamento tributário, conforme documentos juntados com a impugnação.

Como se vê a fls. 43, foi a própria embargante que em 05/11/2001 assinou o requerimento de parcelamento dos débitos referentes aos IPTU's de 1997, 1998, 1999 e 2000.

O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário (art. 151, VI, CTN), e interrompe (não apenas suspende) o prazo prescricional, uma vez que se traduz em ato inequívoco que importa em reconhecimento do débito pelo devedor (art. 174, parágrafo único, IV, CTN); nesse sentido, a Súm. 248 do TFR ("o prazo da prescrição


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal recomeça a fluir no dia que o devedor deixa de cumprir o acordo celebrado"), e a jurisprudência do STJ (REsp 1290015/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 14/02/2012; REsp 1095687/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 08/10/2010; REsp 802.063/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/2007, DJ 27/09/2007, p. 227).

O prazo somente recomeçou, do zero, com o inadimplemento da parcela vencida em 15/08/2006 (fls. 44), o que vale dizer que expiraria em 15/08/2011. Temos que a citação ocorreu antes.

Não se acolhe a alegação de prescrição.

3.3 – Prescrição intercorrente

Não se verifica inércia da exequente, após a citação, suficiente para o reconhecimento da prescrição intercorrente. Examinados os autos e a sequência dos autos processuais, não se identifica a paralisação ou delonga do processo por conduta omissiva ou negligência da parte credora. Sabe-se que requerimentos de diligências que se mostram infrutíferas -para localizar o executado ou bens penhoráveis - não suspendem ou interrompem a prescrição intercorrente (STJ: REsp. 1.305.755/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje 10.05.2012; AgRg no REsp. 1.251.038/PR, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Dje 17.04.2012, REsp. 1.245.730/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje 23.04.2012, AgRg no REsp. 1.208.833/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje 03.08.2012 e EDcl nos EDcl no AgRg no REsp. 1.122.356/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Dje 18.03.2014), mas não é esse o caso dos autos.

A jurisprudência orienta-se no sentido de que “somente a inércia injustificada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

do credor caracteriza a prescrição intercorrente na execução fiscal, não bastando o mero lapso temporal" (STJ: AgRg no REsp 1515261/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 07/05/2015; AgRg no REsp 1479712/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015).

4. Ilegitimidade de parte.

O STJ, julgamento submetido à sistemática dos recursos repetitivos, decidiu: "... tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU" (REsp 1111202/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2009, DJe 18/06/2009).

Além disso, a Súm. nº 399 do STJ preceitua que "cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU".

No caso de São Carlos, os arts. 144 e 158 do CTM, estabelecem que o IPTU tem como fato gerador "a propriedade, o domínio útil ou a posse" de terrenos ou prédios urbanos.

Assim dos autos temos que ao menos des 2001 quando requereu o parcelamento dos IPTU's era, a embargante, possuidora do imóvel. Veja-se que a ela foi deferido, inclusive, a usucapião.

Assim não há se falar em ilegitimidade de parte.

Ante o exposto, REJEITO estes embargos e condeno o embargante nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, observada a AJG, que ora se defere.

Transitada esta em julgado, expeça-se certidão de honorários (fls. 12) em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

100% da tabela.

P.I.

São Carlos, 29 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**